



DIRETO DA REITORIA POR PAULO CARDIM

Educação: Desenvolvimento sustentável de uma nação

21/02/2020 - Em [Artigos](#)

Blog da Reitoria nº 428, de 24 de fevereiro de 2020.

Por Prof. Paulo Cardim

**“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)
“Avaliar também” (Paulo Cardim)**

Enquanto o carnaval está no auge, distraindo a maioria absoluta do povo brasileiro – *panem et circenses* –, vamos parar o tempo para pensar na Educação, com **E** maiúsculo. A educação que educa para o exercício pleno da cidadania, que forma o caráter e abre caminho para o desenvolvimento pessoal, profissional e de uma nação. Desenvolvimento sustentável.

Ao olharmos para os resultados e a produtividade da educação brasileira, nas últimas décadas, em todos os níveis, desde a educação infantil ao pós-doutorado, ficamos frustrados. Uma decepção.

A militância político-ideológica criou atalhos que desvirtuaram o papel da escola e do professor. A educação é responsabilidade da família e do Estado, reza a Constituição. Mas a maioria dos professores quer ser apenas instrutor.

Os recursos orçamentários e financeiros da União, destinados à educação, têm sido alocados sem avaliação, acompanhamento e controle. Idem estados e municípios, que ainda recebem subsídios do governo federal. O Brasil está entre os países que mais investem em educação, mas entre os piores em qualidade da educação, básica ou superior.

Para resolver a qualidade da educação básica, o governo federal acena com os vouchers, em particular na educação infantil mantida pela livre iniciativa. É uma boa estratégia. Todavia, há que ser pautada por uma avaliação periódica, acompanhamento permanente e controle competentes, transparentes, para que os recursos públicos, pagos pelo povo por meio dos tributos, sejam aplicados e gerem produtividade.

Para a educação superior, o Ministro da Educação sinaliza com a desregulação. Nas estratégias possíveis, surgem as agências reguladoras, que podem assumir diferentes estatutos jurídicos. Pode ser um órgão da burocracia estatal, mas pode ser uma agência independente. Penso que, em um processo sério de desregulação, uma agência independente, integrada por profissionais de reconhecido valor em planejamento e gestão empresarial, parece ser o caminho mais adequado. Novamente, há que ser um processo em que a avaliação de

qualidade, o monitoramento e a supervisão caminhem juntos, sob o controle das agências reguladoras para a educação superior.

O Prof. Edson Nunes, Ph.D em *Political Science – University Of California At Berkeley*, pró-reitor de Avaliação, Regulação e Estudos do Ensino Superior da Universidade Cândido Mendes (Ucam) e ex-presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), no documento Agências reguladoras no Brasil, afirma, baseado em Adam Przeworski, da Universidade de Nova Iorque, que “do ponto de vista teórico, agências são instituídas para combater falhas de mercado, tais como assegurar a competitividade de setores da economia, diminuir custos de transação inerentes à provisão de bens públicos, reduzir assimetrias de informação entre agentes econômicos, combater externalidades negativas advindas das interações econômicas, universalizar serviços e promover interesses dos consumidores”.

Esses objetivos de uma agência reguladora independente parecem atender aos desafios por uma educação superior de qualidade, com segurança jurídica, competitividade e diminuição dos custos dos serviços educacionais. As instituições de educação superior (IES), nas últimas décadas, dependem recursos anuais para atender às avaliações e atos de regulação anuais, submetidos ao reinado do Enade, um exame falho, inútil, que não forma e nem avalia a real aprendizagem dos estudantes, na fase final do curso escolhido. É um exame que pode punir ou premiar uma IES, mas que não acrescenta absolutamente nada na formação acadêmica do educando.

A educação de qualidade provoca o desenvolvimento sustentável de uma nação. É para a eternidade. O cidadão formado em um processo educacional de qualidade, que aprende a aprender continuamente, é um capital intelectual sem os riscos do capital financeiro, jogado no jogo das bolsas de valores. A bolsa de valores da educação, em um processo de desregulação, é imune aos humores dos agentes públicos de plantão, escravos de uma burocracia estatal perversa, que vigora há séculos, mastodôntica, que não pode sobreviver em tempos de uma Revolução Industrial 4.0.

“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.

“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.

Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim
Diretor da Escola Normal Caetano de Campos
Educador e Inspetor de Alunos, 1909
Irmão do fundador do
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
Pedro Augusto Gomes Cardim.